

Esperanças na renegociação da dívida ^{externa}

Não se deve esperar que o governo brasileiro assine nestes próximos dias, com o comitê de assessoramento dos bancos credores, o acordo que desde setembro do ano passado vem sendo objeto de negociações cansativas para ambas as partes. Mas, conforme declarou o presidente daquele comitê, sr. William Rhodes, nestes últimos dias fizeram-se grandes progressos no tocante a tópicos que vinham entrando o acordo final, aliás, há muito acertado no que diz respeito às questões propriamente financeiras. O Banco Mundial desempenhou importante papel no andamento das negociações, que se afiguravam extremamente difíceis.

O entusiasmo do sr. William Rhodes, que até agora se mantinha bastante discreto, poderia ser interpretado de duas maneiras: ou, percebendo o desalento do governo brasileiro, visa dar apoio moral ao ministro Mailson da Nóbrega, para torná-lo mais forte junto ao presidente Sarney, ou indica que os obstáculos de maior monta à assinatura do acordo estão prestes a ser superados. A nosso ver, ambas as razões concorreram para levar o presidente do comitê de assessoria dos bancos a fazer declarações otimistas.

Como dissemos acima, a parte

financeira do acordo está concertada: já se sabe qual será o montante do refinanciamento, qual será o *spread* e sua extensão, qual será o prazo para consolidação da dívida. Obstáculos menores, como a questão do *relending* (uso dos fundos depositados no Banco Central) e a dos *exit bonds* (títulos que permitiram aos pequenos bancos credores alijar-se da renegociação), parecem ter sido removidos.

Na mesa de conversações restavam três tópicos contenciosos: a exigência de garantia do Banco Mundial sobre parte do dinheiro novo (na qual insistem, principalmente, os bancos japoneses), de cunho operacional, a questão do sequestro dos bens brasileiros por determinação judicial e a questão da vinculação do acordo com os desembolsos do FMI, estas últimas mais "políticas", do que de cunho operacional. Foi no tocante a estas questões, que exigem de ambas as partes algumas concessões, que se registraram os progressos destes últimos dias, coincidindo, aliás, com o momento em que o Brasil inicia oficialmente as negociações com o FMI.

A questão da garantia do Banco Mundial era primordial. O maior acionista do Banco Mundial, porém, o governo de Washington, opunha-se firmemente à concessão dessa garantia. Agora, parece estar sendo

encontrada uma solução de compromisso, capaz de satisfazer aos credores, graças à boa vontade manifestada pelo sr. Barber Conable, presidente do Bird. Falando perante o Comitê de Desenvolvimento, que recentemente se reuniu em Washington, definiu ele claramente o papel da instituição a que preside dizendo: "A estratégia de assistência do banco nos países endividados visa ajudar a restabelecer o crescimento num nível tal que produza como resultado a gradativa redução das relações de endividamento. A longo prazo, isso irá restabelecer o acesso aos financiamentos dos mercados privados. Assegurará também o aumento gradativo do consumo *per capita* e uma ofensiva revigorada contra a pobreza... Além de nossos próprios empréstimos, o banco continuará desempenhando função catalisadora na mobilização de apoio financeiro adicional".

É esta função catalisadora que o Banco Mundial pretende exercer a fim de acelerar a renegociação com o Brasil. Como não é possível o entendimento a respeito da garantia, o Banco Mundial dispõe-se a apressar seus desembolsos em favor do Brasil até o fim de seu exercício fiscal (30 de junho), oferecendo a possibilidade de operações de co-financiamento com os bancos credores,

que constituiriam, indiretamente, uma garantia. Os empréstimos do Bird poderiam elevar-se, nos próximos meses, até 1,1 bilhão de dólares e, com isso, não somente se aliviaria a pressão sobre o balanço de pagamentos do Brasil como também seriam ajudados os bancos credores.

Os dois outros pontos controversos seriam passíveis de entendimento. A exigência legal atinente a eventual sequestro dos bens poderia ser relegada pelos bancos credores (permitindo assim ao Brasil tornar a depositar reservas nos bancos privados, que proporcionam maior rentabilidade). Quanto ao aval do FMI, a demonstração de boa vontade partiria do diretor-gerente da instituição, sr. Michel Camdessus, que avisaria por telex que o andamento da negociação com o Brasil era satisfatório.

Como se vê, descerram-se novas esperanças de se chegar ao acordo, que, naturalmente, exigirá também, do governo brasileiro, a apresentação ao FMI de um bem estruturado programa de ajuste da economia nacional. Seria bastante conveniente para o Brasil que os credores percebessem que, tomando uma decisão positiva e favorável, dariam ao ministro Mailson da Nóbrega maior força para levar avante seu programa de austeridade.